

JANDIRA K.S. DUNDÃO

**A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO AMBIENTE
SOCIO-ECONÔMICO DE ANGOLA**

Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.
Prof. Orientador: Cássio Rolim

CURITIBA
2004

TERMO DE APROVAÇÃO

JANDIRA KISSOYEFA SANTOS DUNDÃO

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO AMBIENTE SOCIO-ECONOMICO DE ANGOLA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Cássio Frederico Camargo Rolim
Departamento de Economia, UFPR



Ângela Welters
Profa. Ângela Welters
Departamento de Economia, UFPR

denise maria maia
Profa. Denise Maria Maia
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 03 de dezembro de 2004

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais, Guilherme Mateus Francisco Dundão e Agatta Mário Dundão, pois eles me apoiaram desde o início da minha vida estudantil e sem esquecer o amor e carinho que sempre me deram nos momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo á Deus, por me ter dado a oportunidade de realizar este sonho e energia para ultrapassar todos os obstáculos que encontrei.

Por este meio agradeço encarecidamente o meu orientador, Prof. Cássio Frederico Camargo Rolim, pela sua ajuda no fornecimento de material bibliográfico e escolha do tema, dedicação, paciência e sobre tudo incentivo ao longo do trabalho.

Aos meus pais, Guilherme Mateus Francisco Dundão e Agatta Mário Dundão, que tanto esperavam por isto. A minha querida mãe, pois é a mulher mais forte que eu já conheci, nada nesse mundo substituirá o amor que tu me dás, obrigada pelo apoio moral e pela nossa amizade, como tu não há ninguém. Ao meu pai, que é o pai mais querido do mundo, obrigada pai por tudo que fazes por mim, por teres sido sempre bom pai e por junto com a minha mãe terem me ensinado e guiado para o que é melhor, amo-vos muito.

Aos meus tios, Ismael Diogo da Silva, Pedro Mutinde, Alfredo Chaúnda e Apolinário dos Santos que sempre e sempre me apoiaram.

Aos meus manos, Suzana, Derito, Aninhas, Maíca, Ana Palmira, Magno, Joca, Madi, Leila e Kiama vocês que foram muito bons comigo e por me suportarem esse tempo todo.

Aos meus amigos Alexandre Viandro, Paula, Mana, Mary, Miriam, Mimiche, Marlene, Adriano, Alexandre Armstrong, Ricardino e Eduardo Jackson.

A todos aqueles que direta e indiretamente colaboraram para a elaboração deste trabalho, meu muito obrigada.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	v
LISTA DE TABELAS.....	v
RESUMO.....	vi
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 HISTÓRICO SÓCIO-ECONÔMICO DE ANGOLA A PARTIR DE 1960.....	3
2.1 BREVE HISTÓRICO DE ANGOLA.....	3
2.2 A ECONOMIA ANGOLANA EM 1960.....	7
2.3 A ECONOMIA ANGOLANA A PARTIR DE 1975.....	12
2.4 A TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA DE MERCADO.....	13
3 O DESENVOLVIMENTO HUMANO EM ANGOLA.....	17
3.1 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EM ANGOLA.....	17
3.2 UMA ANÁLISE DA POBREZA EM ANGOLA.....	19
4 A INSERÇÃO DA MULHER NO CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO DE ANGOLA.....	25
4.1 AS RELAÇÕES DE GÊNERO EM ANGOLA.....	25
4.2 A SITUAÇÃO DA MULHER EM ANGOLA.....	27
4.2.1 Período Colonial até a Independência em 1975.....	27
4.2.2 Após a Independência em 1975.....	29
4.2.3 A Educação das Mulheres em Angola.....	30
4.2.4 A Mulher e a Saúde.....	32
4.3 A INSERÇÃO DA MULHER NA FAMÍLIA, NA CULTURA E SOCIEDADE.....	33
4.4 A MULHER NO CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO DE ANGOLA.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	40

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA ANGOLA E SUA LOCALIZAÇÃO NO CONTINENTE AFRICANO....	1
---	---

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 1960.....	8
TABELA 2 – BALANÇA COMERCIAL DE ANGOLA – PERÍODO: 1961 A 1973.....	9
TABELA 3 – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS DE ANGOLA – 1961 A 1973.....	10
TABELA 4 – IMPORTAÇÕES ANGOLANAS – 1961 A 1973.....	11
TABELA 5 – DADOS ECONÔMICOS GERAIS DA DÉCADA DA TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA DE MERCADO.....	14
TABELA 6 – ESTRUTURA DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA DÉCADA DE 90.....	15
TABELA 7 – ANGOLA – PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS – 2001/2002.....	15
TABELA 8 – ESTRUTURA DAS ATIVIDADES SETORIAIS EM TERMOS DE PIB.....	16
TABELA 9 – CLASSIFICAÇÃO DE ANGOLA A NÍVEL MUNDIAL POR PIB E IDH.....	18
TABELA 10 – EVOLUÇÃO DA POBREZA EM ANGOLA – EM %.....	22
TABELA 11 – RELAÇÃO COMPARATIVA NO EXERCÍCIO DO PODER TRADICIONAL ENTRE MULHERES E HOMENS.....	28
TABELA 12 – ESTRUTURA DA MULHER NO PODER POLÍTICO-ADMINISTRATIVO	
TABELA 13 – NÍVEL EDUCACIONAL POR SEXO 1997.....	32
TABELA 14 – TAXA DE DESEMPREGO POR SEXO E IDADE (2001).....	36
TABELA 15 – A MULHER NO SERVIÇO PÚBLICO (2001).....	37

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo, analisar o papel desempenhado pela mulher no ambiente socio-econômico de Angola. Para isso, foi feito inicialmente uma análise histórica de Angola, analisando-se aspectos da sua economia nos tempos coloniais, procurando trazer os fatores determinantes que culminaram com as guerras e como isso influenciou a economia. Analisou-se também, alguns aspectos do desenvolvimento humano em Angola, como os fatores relevantes da pobreza. Na seqüência, foi analisada as relações de gênero e o papel da mulher nos tempos coloniais e após a independência do País, em 1975. Este trabalho abriu espaço para se conhecer a participação da mulher no contexto socio-econômico de Angola, como no serviço público, na agricultura, no setor formal e informal e outros. Após essa análise, foi apresentada a conclusão do estudo, em que foi mostrado como a mulher angolana participa no ambiente socio-econômico do país, no qual observou-se que a mesma ainda é discriminada e precisa do apoio do governo e da sociedade para que ela se emancipe.

1 INTRODUÇÃO

Situada no sudoeste africano, entre a República do Congo, Zâmbia à oeste e Namíbia ao sul, está situada Angola, um país banhado pelo Oceano Atlântico, com um litoral de 1650 km. A divisão político-administrativa, é compreendida por 18 províncias e 163 municípios. O País possui mais de trinta espécies de recursos minerais, destacando-se: o petróleo, o gás natural, diamantes, ferro, cobre, manganês, ouro, chumbo, estanho, zinco e outros. (MIN. DO PLANEJAMENTO, 2004, p. 6)

FIGURA 1: MAPA ANGOLA E SUA LOCALIZAÇÃO NO CONTINENTE AFRICANO



FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO (2004; p. 5).

Angola é um país marcado pelos conflitos internos, de ordem política, étnica, econômica e social. Neste sentido, o país passou por períodos conturbados, principalmente as lutas por sua libertação de Portugal e uma guerra civil interna, que culminou com a desorganização da administração pública e de sua economia. Estas guerras estão ligadas à rápida transformação que o País viveu na segunda metade

do século XX. Após ter passado pelo jugo português por mais de 500 anos, com a Independência, Angola tornou-se um País socialista e monopartidário em 1975, e deste passou a ser um Estado capitalista em 1992.

Apesar de ter uma das maiores jazidas de diamantes e reservas de petróleo do planeta, Angola não conseguiu desfrutar dessa riqueza e dar melhores condições de vida à sua população, por causa dos conflitos internos, guerra civil e desorganização da administração pública. Neste sentido, surgiram vários problemas como: a delinqüência organizada, o tráfico de drogas, a pobreza e o desemprego persistentes que ultrapassaram as fronteiras nacionais. Com a constatação de que o crescimento global e as mudanças na população constituem uma carga pesada para os recursos e o meio ambiente e superam muitas vezes os esforços encaminhados ao desenvolvimento, a importância de se melhorar a situação da mulher é uma das premissas mais importantes daquele país, considerada inclusive como a chave para o progresso em matéria de desenvolvimento sócio-econômico pelas Nações Unidas. Em razão desses aspectos, questiona-se: “Que ações podem ser tomadas para a inserção da mulher no contexto sócio-econômico de Angola?”

O problema é relevante, porque permite conhecer o papel da mulher na economia angolana e como incentivar a sua participação no constructo sócio-econômico daquele País.

Desta forma, o objetivo geral desta monografia é analisar o papel desempenhado pela mulher no ambiente sócio econômico de Angola.

Para alcançar esse objetivo, inicialmente foi feito um breve histórico de Angola, analisando-se aspectos da economia nos tempos coloniais, onde se conheceu os fatores determinantes que culminaram com as guerras daquele país e como isso influenciou a economia, a economia angolana a partir de 1975 e os aspectos da transição para a economia de mercado.

Num segundo momento analisou-se alguns aspectos do desenvolvimento humano em Angola, abrangendo a classificação do país a nível mundial, os fatores relevantes da pobreza.

Num terceiro momento, abordou-se a inserção da mulher no contexto sócio-econômico de Angola, as relações de gênero e o papel da mulher nos tempos coloniais e após a independência em 1975. Foi apresentada também os aspectos da educação das mulheres, a saúde, o papel da mulher na família, cultura e sociedade. De posse desses dados, foi feita uma análise do papel da mulher no contexto sócio-econômico, indicando-se os principais determinantes econômicos, como a mulher no serviço público, na agricultura, no setor formal e informal e outros.

Nas considerações finais, conheceu-se o que se alcançou com a presente pesquisa, propondo-se recomendações a respeito do assunto.

2 HISTÓRICO SÓCIO-ECONÔMICO DE ANGOLA A PARTIR DE 1960

2.1 BREVE HISTÓRICO DE ANGOLA

Em 1482 os portugueses chegaram em Angola, desembarcando nas proximidades do rio Congo no norte do país. O País passou a ser explorado pelos portugueses no século XVI, após a fundação da cidade de Luanda, em 1576. Os portugueses instalaram no País um posto de exploração escravagista e a partir daí permaneceram aproximadamente quatro séculos.

No período que vai de 1500 a 1885, ocorreu em Angola um intenso tráfico de escravos, que eram recrutados junto a população, feitos prisioneiros e transportados em navios negreiros para o Brasil e outros países da América, para trabalharem nas plantações de cana-de-açúcar.

Em fins do século XIX, o tráfico de mão-de-obra escrava era a principal fonte do lucro da metrópole portuguesa. “Os principais traficantes de escravos e donos de roças no Brasil, alimentados por trabalho escravo, eram os padres da Companhia de Jesus, os Jesuítas” (DILOLWA, 2000, p. 17).

Sob o pretexto de civilizar a África e catequizar sua população, os portugueses exploraram a sua população, que pagou com a própria vida nas plantações de muitos países do mundo. O tráfico de escravos foi praticado em massa no continente africano e a partir do seu término em 1878, iniciou-se uma penetração maciça para o interior do país, com interesses nas riquezas minerais e para fazer frente às possíveis ameaças de outros países europeus na conquista do território angolano (MENEZES, 2000, p. 109).

No início do século XX, os portugueses tiveram êxito completo na conquista do Planalto Central angolano. A economia angolana no período colonial se apoiava no setor agrícola tradicional, que proporcionava à população os meios de subsistência alimentar, permitindo inclusive, que o país exportasse tais produtos como: café, tabaco, milho, algodão, açúcar e outros. Em 1910, por ocasião da implantação da república em Portugal, a história de Angola entrou numa nova fase, a da exploração capitalista. Com a posse do novo governador de Angola, Norton de

Matos, em 1912, iniciou-se a construção de várias obras de infra-estrutura como os caminhos de ferro, a construção de estradas, a criação do imposto indígena¹ que obrigava todas as populações a entrarem no circuito comercial. Essas medidas tinham como objetivo fazer de Angola uma colônia de povoamento branco intensivo, cuja população branca subiu de 1900 a 1930 de 9.000 para 30.000 pessoas. (DILOLWA, 2000, p. 372).

Com todas essas mudanças, o ano de 1910 registrou o mais importante movimento comercial de Angola, mas que marcou o fim do ciclo da Borracha e o início de novos ciclos. Segundo a história de Angola, os ciclos podem ser divididos em: ciclo dos escravos, da cera, da borracha (1892-1910), do diamante e do milho (1917-1945) do café (1946-1972) e do petróleo a partir de 1973, segundo DILOLWA (2000). Um fato marcante foi a fundação da primeira companhia mineira fundada no País, a Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola – PEMA, para a exploração de diamantes. Segundo CALADO (1998, p. 58), no início do século XX, Angola passou a ser o quarto produtor mundial de diamantes e a produção de petróleo crescia exponencialmente naquele período.

No período da primeira guerra mundial (1914-1918) Angola sofreu uma exploração capitalista desenfreada, o que conduziu à quase liquidação da pequena burguesia angolana nascente, por causa da acumulação primitiva do capital pela burguesia colonial à custa das massas camponesas e trabalhadores angolanos.

No período que vai desde o término da primeira guerra até o final da década de 40, Angola sofreu várias revoluções, mas foi a partir de 1950 que foram fundados os principais movimentos anticolonialistas, como o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA) em 1956, o da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) em 1962, e a União para Independência Total de Angola (UNITA). Quanto à economia, no período da Segunda Guerra (1939-1945), a pauta de exportações angolanas contemplou os seguintes produtos: diamantes, milho, açúcar, feijão, algodão, sisal e peixe seco. No pós-guerra a economia angolana continuou em ascensão, “as exportações de café saltaram de 30.927 para 46.889

¹ Tal imposto tornou-se rapidamente na principal receita do Estado, ao mesmo tempo, era um ato de soberania, só eram consideradas verdadeiramente submetidas as populações que pagavam impostos. Esse imposto obrigava as massas africanas a entrarem por força no circuito comercial e a proletarizarem-se, caso contrário, seriam submetidas ao contrato, o que redundava no mesmo.

toneladas entre 1945 e 1946, e este produto passou a ocupar o primeiro lugar na lista de exportações do país, permanecendo assim por 27 anos”, quando foi destronado pelo petróleo em 1973. (DILOLWA, 2000, p. 62).

Em 1961 ocorreram os conflitos internos no país, que levaram a luta pela independência, com a participação dos movimentos nacionalistas e dos colonos portugueses. O fundador da nação angolana foi o Dr. Antônio Agostinho Neto. A guerra da independência terminou em 1974, mas foi no início de 1975, que houve a assinatura do Acordo de Alvor em Portugal, possibilitando a determinação do governo provisório, que seria exercido por representantes da MPLA, FNLA e UNITA e representantes do governo português. Houve contudo, um confronto armado entre o MPLA, FNLA e UNITA, dividindo o país em grandes regiões, com a maioria dominada pelo MPLA, ficando as restantes sob o domínio da UNITA e a FNLA.

Em 11 de novembro de 1975, Angola se tornou independente, em decorrência da vitória do movimento do MPLA. Contudo, o país atravessou profundas mudanças na sua estrutura administrativa e econômica, marcada pelo êxodo dos colonos portugueses e pela inadequação de políticas e gestão macroeconômica (MENEZES, 2000).

O período socialista em Angola, começou em 1976, e permaneceu até 1991. Nesse período o Estado passou a ser o centralizador da economia, assumindo o controle da maioria das empresas que antigamente eram controladas pelos europeus. O país estabeleceu um estreitamento das relações com Cuba, URSS, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia e Hungria. Estes países contribuíram ideológica e financeiramente para a formação de um governo socialista monopartidário em Angola. (MENEZES, 2000, p. 211). Neste período, a maioria das empresas existentes no país, foram estatizadas, e segundo CALADO (1998, p. 58) “... pelo abandono de empresas portuguesas do setor privado, pela desarticulação do sistema de transportes, por insuficiências de mão-de-obra especializada e por políticas governamentais que priorizavam a defesa nacional, deixando, portanto, o desenvolvimento econômico em segundo plano”.

As transformações ocorridas no país levaram a nação a transitar para o modelo socialista. O país passou a viver a experiência de um regime de orientação e lógica de funcionamento, diferente do capitalismo, porém, ao mesmo tempo,

dependente deste. O país começou a enfrentar dificuldades no gerenciamento de uma economia centralmente planejada, justamente em decorrência dessa dependência e da combinação de outros fatores, e a reorientar-se para uma economia de mercado, para o capitalismo e para a democracia, não como resultado da decisão do regime, mas fruto de contingências externas que exigiram mudanças, levando-o a integrar-se à economia global contemporânea.

Por sua vez, as decisões administrativas na economia angolana quase sempre se caracterizaram pela extrema centralização, por um certo grau de autoritarismo, por decisões políticas e por desconsiderarem totalmente o papel do mercado, fazendo os preços, por exemplo, se situarem em níveis artificialmente baixos. A sobrevalorização da taxa de câmbio, e o seu congelamento por um longo período foi uma das medidas mais controvertidas do governo de Angola, levando as divisas a serem racionadas e as exportações de produtos não petrolíferos a serem severamente desestimuladas. Essas políticas econômicas postas em prática em Angola, independentemente da orientação do regime, podem também explicar o declínio da produção, a escassez da oferta de bens de consumo e de insumos para as indústrias e as distorções na distribuição de renda. (MENEZES, 2002).

Na década de 80, houve uma crise em Angola, por causa do choque de oferta do petróleo no cenário internacional e a fragilização do bloco soviético. Em 1986, com o intuito de amenizar a crise, o governo passou a adotar Programas de Austeridade, como o Programa de Saneamento Econômico e Financeiro – SEF, em 1987 que tinha como meta, favorecer o empresariado nacional. Segundo CALADO (1998, p. 58), o plano tinha como metas:

- a) reduzir o grau de centralização do planejamento e gestão econômica;
- b) controlar os desequilíbrios internos e externos;
- c) resolver os problemas da dívida externa;
- d) organizar e reestruturar o mercado financeiro e a gestão econômica.

No início dos anos 90, por ocasião do desmantelamento do Bloco Soviético, alguns governos socialistas ficaram fragilizados, inclusive Angola. Isso acabou por fazer com que a maior parte desses países retornassem à economia de mercado. A partir de 1991 começaram as discussões sobre os processos de paz em Angola, segundo MENEZES (2000, p. 345). O Acordo de Paz de Bicesse, com a mediação

de Portugal, reuniu os partidos políticos, como o MPLA representado pelo Sr. José Eduardo dos Santos e o da oposição, UNITA, liderado por Jonas Savimbi. Este Acordo previu o reconhecimento pela UNITA, do Estado Angolano, do presidente José Eduardo dos Santos e do governo angolano até as eleições gerais. Além disso, restabeleceu-se o respeito aos direitos humanos, a realização de eleições livres e justas, a criação de um Exército Nacional e a instauração do cessar-fogo em todo o país. As propostas de acordo não foram seguidas por parte da UNITA, resultando em mais conflitos, e desta vez, o cessar-fogo só veio ao fim com a morte de Jonas Savimbi, em 22 de fevereiro de 2002. No dia 4 de abril de 2002, foi assinado um novo acordo de paz, proclamando oficialmente a paz em todo o território angolano.

O Estado Angolano, que antes era o centralizador das atividades econômicas, passou a adotar uma posição mais voltada ao mercado, liberando os preços e o funcionamento dos mercados. Dentre os programas implantados entre 1990 e 1991, MENEZES (2000, pp. 220-221) destaca: o Programa de Recuperação Econômica (PRE) e o Programa de Ação do Governo (PAG), todos com o intuito de dinamizar e fomentar as exportações nacionais e introduzir uma nova moeda nacional, o novo “Kwanza”.

Todo este apanhado histórico permitiu que se conhecesse os fatos que influenciaram a vida econômica do País. Contudo, é importante analisar a economia do país a partir dos anos 1960, porque foi nesta época, que realmente começou a revolução para a independência do País.

2.2 A ECONOMIA ANGOLANA EM 1960

A economia angolana ao longo de sua história, sempre apresentou assimetrias, no que concerne às atividades setoriais. A abundância em recursos naturais e minerais, contribuiu para que o país apresentasse um certo dinamismo em diferentes setores.

A crise cambial que afetou os Estados Unidos em 1960 trouxe reflexos para todos os países que tinham comércio com eles, como Portugal, cujo desenvolvimento foi prejudicado e Angola, que dependia de seu comércio com

Portugal. A tabela 1 apresenta um perfil dos principais produtos exportados em 1960. Como se observa, o café é o produto que mais se exportou naquele ano, com 35,45% do total das exportações. O segundo maior produto exportado foram os diamantes com 13,92% do total. Note-se que este produto sempre esteve entre um dos primeiros a serem exportados pelo país, pois existem muitos metais preciosos no país, haja visto que entre os 31 produtos exportados, somente 20,15% correspondiam a produtos de origem mineral, sendo mais da metade formada pelos diamantes. DILOLWA (2000)

TABELA 1 – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 1960

PRODUTOS	TONELADAS	CONTOS	% SOBRE O TOTAL
Café	87.217	1.263.964	35,45
Diamantes (quilates)	933.646	496.168	13,92
Sisal	58.571	376.286	10,55
Milho	117.106	164.945	4,63
Minério de ferro	545.800	151.553	4,25
Algodão em rama	8.894	146.376	4,11
Açúcar	46.399	122.737	3,44
Farinha de Peixe	45.085	108.341	3,04
Madeira	90.674	96.749	2,71
Crueira	58.421	77.637	2,18
Peixe seco	13.165	73.251	2,05
Óleo de palma	13.004	71.328	2,00
Feijão	11.789	33.683	0,94
Fuel-oil	45.913	26.550	0,74
Manganês	33.084	22.863	0,64
Óleo de peixe	6.606	22.527	0,63
Coconote	5.181	22.024	0,62
Cera	785	22.006	0,62
Cobre em bruto	1.980	21.400	0,60
Jinguba	3.908	19.336	0,54
Conservas de peixe	1.218	17.788	0,53
Tabaco em bruto e manipulado	1.010	16.195	0,45
Couros	1.392	15.136	0,42
Bagaços	7.404	12.219	0,34
Óleo de amendoim	1.222	10.998	0,31
Arroz	3.846	9.436	0,26
Sal	23.547	9.349	0,26
Óleo de coconote	1.091	8.516	0,24
Óleo de rícino	883	7.757	0,22
Carne	494	5.113	0,14
Sementes de algodão	4.031	5.492	0,15

FONTE: DILOLWA (2000, p. 99)

A partir de 1961, como já referenciado anteriormente, o povo angolano moldado pelos novos condicionalismos começou a lutar pelo próprio destino. Surgiram então, regiões libertadas onde uma nova sociedade, livre da exploração aparecia. Contudo, Portugal não queria perder a sua colônia e um regime de terror instalou-se em Angola, alterando toda a sua economia, que manteve-se estacionária por causa da guerra. Em dezembro de 1961 os movimentos anticolonialistas angolanos ocuparam as principais regiões do País, iniciando uma luta para por fim à exploração portuguesa. A tabela 2 apresenta um perfil da balança comercial angolana no período de 1961 a 1973.

TABELA 2 - BALANÇA COMERCIAL DE ANGOLA – PERÍODO: 1961 A 1973 – Em t

	1961	1965	1969	1973
Exportação	1.328.618	1.941.193	7.997.883	15.446.491
Importação	472.350	430.118	860.896	1.055.277
Saldo	+856.268	+1.511.075	+7.136.987	+14.392.214
Variação - % (cada 4 anos)	-	+76%	+472%	+202%
Variação - % (1961 a 1973)		+1681%		

FONTE: DILOLWA (2000, p. 337)

Em 1961 a balança comercial de Angola teve um superávit de 856.268 por conta da redução das importações em razão da guerra. Em 1965 este superávit foi maior, também por causa da redução das importações. A expansão das exportações ocorreu por causa do aumento da venda de produtos primários aos Estados Unidos da América – EUA e a outros países. Em relação à 1965, o ano de 1969 teve uma variação com superávit de 472%, favorecido pelas exportações que progrediram mais que as importações. Outros fatores também influenciaram este superávit, como o crescimento da economia americana e da Alemanha Federal, que passaram a comprar mais de Angola. Entre 1969 e 1973, Angola teve um superávit da ordem de 202%. Essa diminuição deve-se a recessão na economia mundial, que afetaram também a economia angolana. Para se ter uma idéia dos produtos exportados ao longo do período de 1961 a 1973, a tabela 3 indica o comportamento dos principais produtos exportados.

TABELA 3 – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS DE ANGOLA – 1961 A 1973 – em t

Produto	1961	1965	1969	1973	% (1961-1973)
Café	118.122	159.168	182.798	213.410	81%
Diamantes (quilates)	1.276.573	1.157.411	1.980.394	2.111.172	65%
Sisal	59.028	50.714	50.035	53.400	-10%
Milho	161.585	168.199	177.393	n.d.	---
Minério de ferro	494.488	693.401	5.102.179	6.329.601	1.281%
Farinha de peixe	50.339	47.954	92.391	89.500	77%
Peixe seco	18.866	13.295	12.073	45.118	240%
Açúcar	36.615	33.545	n.d.	n.d.	--
Crueira	57.365	n.d.	35.880	n.d.	--
Óleo de palma	14.641	n.d.	n.d.	n.d.	--
Madeira	73.911	87.051	152.071	186.694	252%
Algodão	4.120	4.751	18.807	23.366	567%
Fuel-oil	72.840	200.926	n.d.	n.d.	--
Petróleo	n.d.	n.d.	n.d.	7.323.304	---

FONTE: DILOLWA (2000, p. 338)

Obs.: n.d. = não disponível

O minério de ferro foi o produto que teve maior crescimento no período analisado (1.281%), por causa da exploração de novas jazidas em território angolano e pelo financiamento internacional à essa exploração. O algodão ficou em segundo lugar, e este crescimento de 567% se explica, pelo grande incentivo do governo aos agricultores. A extração da madeira teve um crescimento de 252%, por causa dos novos desmatamentos do território angolano. O café e o diamante registraram um crescimento de 81% e 65%, o que significa que o governo continuou incentivando esses setores. Segundo DILOLWA (2000), o ano de 1973 foi caracterizado pela exploração do petróleo, que suplantou as vendas do café, iniciando-se o ciclo do petróleo.

A tabela 4 apresenta um perfil das importações no período de 1961 a 1973, com uma variação neste período de 123%, mostrando que, apesar da guerra, as importações subiram e Angola pode levar a efeito a sua reforma colonial, apesar da economia angolana estar mais voltada às exportações. Contudo, DILOLWA (2000) chama a atenção quando afirma que houve uma deterioração das razões de troca, ou seja, se em 1961 era preciso exportar duas toneladas e meia para importar uma tonelada, em 1973 era preciso exportar dez toneladas para importar uma tonelada. Isso quer dizer que os produtos da pauta de exportações angolanas tiveram pouco variação, devido à concorrência externa. Estes números revelam a deterioração dos termos de troca no período considerado.

TABELA 4 – IMPORTAÇÕES ANGOLANAS – 1961 A 1973

ANOS	TONELADAS
1961	472.350
1962	359.360
1963	338.769
1964	398.384
1965	430.118
1966	514.150
1967	608.052
1968	818.899
1969	860.896
1970	902.823
1971	890.626
1972	1.076.206
1973	1.055.277
Variação no período %	123%

FONTE: DILOLWA (2000, p. 339)

MENEZES (2000, p. 223) conclui que o “crescimento econômico da colônia de Angola teve seu nível consideravelmente acelerado no período de 1960 a 1974, não obstante a guerra de libertação que se iniciou em 1961”. A aceleração do crescimento econômico neste período, deve-se a um movimento de fora do País, ou seja, Portugal respondeu à agitação política do período (por causa da guerra) com um investimento no crescimento local, para conter o descontentamento dos portugueses lá residentes, favorecendo a economia local. Pelos dados oficiais, havia uma quase auto-suficiência da colônia angolana, quanto a produtos alimentares básicos. Outrossim, a produção de diamantes deu ao País uma posição entre os quatro maiores exportadores do mundo. O aumento do preço do petróleo em 1973 fez com que suas receitas superassem as do café, tornando o petróleo o principal produto de exportação, atingindo um nível superior a 30% das receitas externas totais da colônia.

Angola conheceu no período de 1960 a 1975 uma fase em que a economia colonial mesmo em crescimento não lhe trouxe benefícios. Em algumas regiões, as melhores terras eram tiradas à força dos angolanos em benefício dos colonos portugueses trazendo prejuízos à tradicional agricultura africana de subsistência. Por outro lado, como os modelos educacionais vigentes no País eram pobres e o ingresso à educação formal era negado aos africanos, não só a população ficava à margem dos empregos técnicos e administrativos, como também, era excluída dos empregos semi-especializados. No entanto, isso não impediu que se formassem um

pequeno grupo de famílias africanas integrantes dos patamares mais elevados na escola social, que muito contribuíram para o processo de libertação colonial, a partir de 1975.

2.3 A ECONOMIA ANGOLANA A PARTIR DE 1975

Antes da independência de Angola, seu desenvolvimento econômico assentava no setor agrícola, mais especificamente, no café e diamantes. Entre 1960 e 1973, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou a uma taxa anual de quase 7% e, durante o mesmo período, a produção de café passou de 100.000 toneladas para 210.000 toneladas por ano, tornando Angola o quarto produtor mundial de café. Até 1975, Angola foi um exportador líquido de alimentos, em particular milho, possuindo uma indústria pesqueira estável. No início da década de 70, Angola era também o quarto produtor mundial de diamantes, com uma produção anual de cerca de 2 milhões de quilates e um exportador importante de minério de ferro. (DILOLWA, 2000)

Em 1975 Angola tinha uma economia diversificada, mas sofreu uma grave ruptura, por causa dos conflitos militares o que veio a provocar o êxodo de Angola de muitos colonos portugueses e angolanos.

Na década de 80, ocorreu no país o “enclave do petróleo”, que consistia em parte da economia explorada por grandes empresas estrangeiras, pagando-se tributos ao Estado pelo volume de petróleo extraído, que consolidou sua atuação no país. Assim, Angola herdara a dependência dos capitais internacionais, consolidando-se num verdadeiro sustentáculo para sua economia, com reflexos na política e até no seu desenvolvimento. O grande declínio da economia angolana, começou após a crise do petróleo, ocorrida na primeira década de 80 e se arrastou até os dias de hoje. O país dependente da produção do petróleo viu as suas receitas comprometidas com os credores internacionais, principalmente com os gastos na área da defesa e tenta implementar alguns programas de reabilitação da economia angolana, sendo o mais famoso deles o SEF – Programa de Saneamento Econômico e Financeiro em 1987, que fez reformas estruturais na economia.

(CALADO, 1998, p. 64). Em meados da década de 80 "... a indústria petrolífera contribuiu com aproximadamente 30% do PIB oficial, quase 53% das receitas totais governamentais e 95% das receitas de exportação" (MENEZES, 2000, p. 283).

Angola transformou-se num Estado extremamente centralizado e sem uma visão ampla do país, principalmente por só enxergar a reforma do sistema monetário em detrimento de todo um conjunto econômico e tendo a agricultura como peça-chave de um programa integrado de desenvolvimento.

CALADO (1998, p. 59), considera que:

Angola atravessa uma situação caracterizada por uma crise política, por uma exigüidade da produção interna motivada pelo desmantelamento da produção rural, endividamento externo de grande monta, uma crescente e acelerada deterioração do nível de vida das populações, existência de um número considerável (10% da população total) da população em situação de deslocados e refugiados, e por último, por um modelo macro-econômico desarticulado.

Neste contexto, Angola ingressou em 1989, como membro de algumas instituições internacionais, seriam elas, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, as Organizações das Nações Unidas (ONU) e outras organizações afiliadas (CALADO, 1998, p. 58-59).

2.4 A TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA DE MERCADO

A partir de 1989, registrou-se um decréscimo do poder de compra dos trabalhadores e por conseqüência o agravamento acentuado das condições de vida da população angolana o que contrasta com a ausência de soluções sensíveis que concorram para a mudança quantitativa do drama num horizonte temporal mais curto, fruto não só da guerra e das outras causas conjunturais e estruturais, mas sobretudo, das graves distorções evidenciadas nas mudanças de orientação da economia centralizada e burocratizada ou seja, da economia socialista para a economia de mercado. A tabela 5 ilustra a situação de Angola, durante a década de transição para a economia de mercado.

TABELA 5: DADOS ECONÔMICOS GERAIS DA DÉCADA DA TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA DE MERCADO

Anos	Pop.Tot.	PIB	PIBpc(usd)	Exttotal	IMTotal	BTC	Deforç	Inflação	Spred camb.
1989	9739	8587	881,7127	3164	3292	-128	-24,4		
1990	10022	8547	852,8238	4003	4161	-158	-12,1		6940,837
1991	10380	8797	847,4952	3635	4243	-608	-15,9	275,72	1298,183
1992	10750	7989	743,1628	3992	4829	-837	-26,5	495,8	387,8205
1993	11133	5819	522,6803	3018	3852	-834	-16,6	1837,71	710,1731
1994	11531	4292	372,214	3180,4	3765	-584	-25,1	971,87	109,5854
1995	12659	5365	423,8091	3852	4303	-451	-28,7	3783,98	125,2568
1996	13009	6535	502,3445	5406,3	5980	-574	-14,5	1651,31	29,16861
1997	13378	7675	571,4606	5257,3	6236	-978	-17,2	64	31,63092
1998	13766	6449	468,473	3700,4	5718	-2018	-10	134,78	65,33609
1999	14174	6087	399,9577	5336	7099	-1763	-7,8	291,27	13,12138
2000	14602	6556	448,9796	8114,1	7476,8	637,3	-1,9	268,34	5,113863

FONTE: ROCHA (2001, p. 34)

Notas: POPTOT-População total em milhares; PIB em milhões de USD; EX e IM em milhões de USD; DEFORÇ-Défice fiscal em percentagem do PIB; BTC-Saldo da balança de transações correntes em milhões de USD; Inflação acumulada anual em percentagem; Spread cambial em percentagem.

Sinteticamente, os indicadores da tabela 5, mostram o que foi a década de transição para a economia de mercado: a) o PIB teve uma taxa de variação média entre 1989 e 2000 na ordem de -31%; b) o produto médio por habitante teve uma queda de -59,5%; c) a produtividade geral da economia regrediu 2,56%; d) a taxa de inflação foi na década de 967,479%; e) o desemprego agravou-se a uma média anual de 3,41%; f) o défice fiscal médio na década foi de -16,42%; g) o *spread* cambial registrou 17,77%.

A tabela a seguir demonstra a estrutura das atividades económicas na década de 90 em Angola. Percebe-se claramente o peso do setor petrolífero na economia angolana, que é o responsável por mais da metade de toda a produção de bens e serviços produzidos internamente. No início da década de noventa, o setor diamantífero não apresentava números significativos, pois dadas às limitações pela falta de tecnologia para a extração diamantífera da época, tinham-se as instabilidades geradas pelos sucessivos conflitos de guerra.

TABELA 6 – ESTRUTURA DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA DÉCADA DE 90 (EM %)

Anos	Agr.Silv. Pesc.*	Petróleo	Diaman- tes	Indústria	Energia	Constru- ção	Comér- cio	Serviços
1989	10,8	54,7	-	3,5	0,25	2,2	4,6	0
1990	10,3	55,7	-	3,2	0,22	2,2	4,4	0
1991	12	46,7	1,4	3,65	0,16	3,7	10,3	8,35
1992	13,7	37,7	2,8	4,1	0,1	5,2	16,2	16,7
1993	11,1	42,6	0,5	5,2	0,1	4,3	19,4	13,8
1994	6,2	58,1	1,2	6,7	0	3,2	17,1	6,2
1995	7,8	56	1,1	7,2	0	3,4	16,6	6,9
1996	7,5	59,3	0,6	6,8	0	3,2	14,8	7,1
1997	9,5	48,3	3,8	4,4	0	4,1	16,2	11,3
1998	12,3	32,9	7,3	5,7	0,1	5,5	20,7	13,9
1999	6,7	55,7	7,5	3,6	0	3,7	13,1	7,8
2000	5,3	61,7	7,9	2,9	0	3	10,6	6,3
TOTAL	9,4333	50,783	3,41	4,745833	0,0775	3,64166	13,666	8,1958

FONTE: ROCHA (2001, p. 39).

* Refere-se aos setores: agrícola, silvícola e pesqueiro, respectivamente.

Obs: o total é a média do período.

No período que vai de 2001 a 2002, os principais indicadores econômicos revelaram a seguinte performance conforme a tabela 7:

TABELA 7: ANGOLA - PRINCIPAIS INDICADORES ECONOMICOS – 2001/2002

	2001	2002
PIB (US\$ bilhões)	4,1	4,5
PIB per capita (US\$)	457	462
Inflação, variação do IPC (%)	115,0	106,0
Exportação de bens fob (US\$ milhões)	6.534,3	8.440,0
Importação de bens cif (US\$ milhões)	3.179,2	3.974,0
Balança de transações correntes (US\$ milhões)	-1.431,0	150,3
Taxa de câmbio	22,1	43,5
Investimento estrangeiro direto (US\$ bilhões)	1,1	n.d.

FONTE: Relatório Econômico de Angola 2002-UCAN, p. 43.

No período em análise, o PIB teve um crescimento real de 9,7%, o PIB *per capita* subiu 1% e a inflação praticamente teve um decréscimo de 8%. As exportações tiveram um crescimento de 30% e as importações com 25% de aumento. Comparativamente aos anos 90 a situação melhorou bastante, especialmente quanto às exportações.

A estrutura das atividades produtivas no período de 1998 a 2002 pode ser visualizada na tabela 8:

TABELA 8 – ESTRUTURA DAS ATIVIDADES SETORIAIS EM TERMOS DE PIB (%)

	1998	2000	2002
Agricultura, silvicultura e pescas	13,01	5,74	9,18
Petróleo bruto e gás	37,84	60,84	49,48
Diamantes e outras	5,35	6,49	6,26
Indústria transformadora	6,31	2,93	4,28
Energia e água	0,07	0,03	0,04
Construção	6,15	2,76	3,99
Serviços mercantis	19,32	14,46	16,13
Serviços não mercantis	10,55	6,71	10,57
PIB a preços de mercado	98,60	99,96	99,93

FONTE: Relatório Económico de Angola 2002-UCAN, p. 39.

Obs: Devido à não consideração dos produtos que compõem a pauta de importação/exportação, a soma das colunas não totalizará os 100%.

Como se observa, o petróleo ocupa o 1º lugar entre todos os componentes, deixando atividades mercantis e as da agricultura, pesca e silvicultura, respectivamente, com o segundo e terceiro lugar na composição do Produto Interno Bruto (PIB). A participação do setor petrolífero na estrutura do PIB passou de 37,8% em 1998, para 60,8% em 2000, indicando um expressivo acréscimo na produção do mineral. Entretanto, essa ascensão não se manteve sustentável por muito tempo, vindo a decrescer para 49,48% em 2002.

3 O DESENVOLVIMENTO HUMANO EM ANGOLA

3.1 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EM ANGOLA

Desde o seu aparecimento em 1990 o paradigma de desenvolvimento humano, tem-se convertido no centro do debate global do desenvolvimento. O paradigma pressupõe o alívio da pobreza, e a sua centralidade continuada para o diálogo com vista ao desenvolvimento. Atualmente, ele não se limita somente ao alívio da pobreza extrema, e à resolução das necessidades mais básicas, mas “ênfatiza que as intervenções no campo social podem ser vistas como um investimento no capital humano, em vez de serem vistas como o consumo de recursos escassos” (PNUD, 1997, p. 16). Em razão disso, este paradigma cobre todos os aspectos da vida da sociedade, ênfatizando que a riqueza de qualquer país é o seu povo, que merece todos os investimentos, pois, caso contrário, não haverá crescimento econômico.

Com a globalização da economia mundial, criou-se um espaço para a ampliação do conceito de desenvolvimento humano, abrangendo não só as questões ambientais, mas também, criou-se um conceito de crescimento que pode fornecer justiça e oportunidade para todas as populações do mundo, e não apenas à alguns privilegiados.

Em Angola, nos últimos anos, o desenvolvimento humano tem conhecido muitas variações, por causa dos conflitos internos. Essa situação tem sido apontada pelos governos angolanos como um obstáculo à implementação das políticas sociais. O PNUD (1997, p. 18) revela que “o crescimento das despesas em defesa e segurança foi de 26% entre 1994 e 1995, havendo uma quebra acentuada de 64% das despesas no setor social, desde 1992”. Como se observa, há um abandono do setor social pelo Governo, mas que tem sido minorado pela Ajuda Humanitária Internacional, que através das Organizações Não-Governamentais (ONGs), vem desenvolvendo atividades voltadas à área social.

Outrossim, o contexto de abandono do setor social pelo governo angolano, tem provocado os processos de marginalização e exclusão sociais, propiciando o aumento da violência e criminalidade e o desrespeito aos Direitos Humanos, afetando negativamente os indicadores da saúde, educação e o acesso aos rendimentos que poderiam elevar a qualidade de vida dos angolanos.

Conforme o PNUD (1997, p. 21), “Angola ocupa a 133^a posição em termos do seu PIB “*per capita*” e com um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,323 em 1997, que a coloca em 160º lugar, classificando-a como um país de fraco desenvolvimento humano”. A tabela 9 ilustra a matéria.

TABELA 9 – CLASSIFICAÇÃO DE ANGOLA A NÍVEL MUNDIAL POR PIB E IDH

Itens	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
IDH	0,304	0,15	0,169	0,143	0,271	0,291	0,323	0,32	0,35	0,43
Classificação de Angola por posição per capita PIB	73	94	110	126	120	161	133	133	128	128
Classificação de Angola por posição do IDH	110	147	139	160	155	164	160	157	156	160
Posição do PIB menos posição IDH	-37	-53	-29	-34	-35	-3	-27	-24	-28	-32

FONTE: PNUD (1997)

O PNUD (1997) também relevou que existe em Angola muitas discrepâncias de rendimentos entre as áreas rurais e urbanas, como reflexo do isolamento das populações rurais. Seguido a construção do IDH para Angola, referidos nos relatórios de desenvolvimento humano das Nações Unidas, apresentou o seguinte perfil:

- a) para a saúde, o indicador encontrado foi a esperança de vida à nascença, que mede a longevidade do ser humano, que ficou numa média entre homens e mulheres, de 42 anos. Em Angola, a situação da saúde tem sido considerada como calamidade nacional, pelo Governo e população. As taxas de mortalidade infantil e materna, colocam Angola entre os países mais carentes do mundo;
- b) quanto à educação, a taxa de alfabetização encontrada foi de 55% em 1983. Em Angola, assiste-se a um processo de reprodução social da pobreza, através da educação, pois os filhos dos pobres tem cada vez menos oportunidades de freqüentar a escola;
- c) o padrão de vida aceitável foi definido em Kzr² 966.910 (14 usd/mês), correspondendo à linha da pobreza.

Todos esses fatores revelam o fraco desempenho do IDH em Angola, registrando-se diferenças marcantes entre os indicadores da área urbana e área

² A denominação de Kwanza à moeda nacional é alusiva ao rio Kwanza, um rio com 1.000 km de extensão que liga a Capital, Luanda ao interior do país.

rural. O PNUD (1997) revelou que as regiões Norte e Este do país são as mais carentes.

3.2 UMA ANÁLISE SOBRE A POBREZA EM ANGOLA

Em consequência de 27 anos de guerra, ocorreu em Angola a destruição da infra-estrutura básica para o desenvolvimento, afetando toda a população. A guerra, aliada à pobreza, destruiu a estrutura social do país e muitas famílias foram expostas a vários problemas por causa da morte de maridos e filhos, que deixaram de trabalhar para o sustento familiar. Neste sentido, o aumento da pobreza no País atinge praticamente todas as camadas sociais, privando-os da nutrição, direitos humanos, saúde e educação adequadas. Um dos mais graves problemas que atingiu o país, foi o deslocamento da população das áreas rurais para outros lugares, prejudicando o exercício das atividades econômicas.

Essa pobreza em Angola teve várias dimensões, como citado por PEHRSSON (2000, p. 16):

As pessoas podem estar privadas de nutrição, saúde ou educação adequadas. Politicamente, podem ser negados às pessoas direitos humanos, cidadania ou acesso às redes sociais. Os valores culturais e crenças podem prejudicar alguns grupos, enquanto que a falta de uma voz política ou a insegurança física pode empobrecer outros. Fatores econômicos, como os baixos rendimentos, poucos bens ou pouco acesso a mercados ou a serviços públicos, fazem as pessoas cair na pobreza. A pobreza também é dinâmica e as famílias e indivíduos podem entrar e sair da pobreza com o passar do tempo, mesmo de forma sazonal, dependendo, freqüentemente, de fatores externos como o clima, a instabilidade e a guerra civil.

Os efeitos da guerra foram sentidos também, com a degradação do ambiente, o baixo nível educacional da população e a destruição das infra-estruturas sociais, conforme o MDG/NEPAD³ (2003). O mesmo relatório também, apontou outros fatores que contribuíram para a pobreza do país:

...estima-se em cerca de 4 milhões o número da população deslocada das suas áreas tradicionais de residência e de exercício da atividade econômica – o esgotamento dos sistemas sociais de saúde, educação, saneamento e fornecimento de água e energia, foram desastrosos e contribuíram para o depauperamento de crescentes faixas da população. (p. 9)

³ MDG: Metas Internacionais de Desenvolvimento e NEPAD: Nova Parceria para o Desenvolvimento de África.

ROCHA (2001, p. 129) considera que a economia petrolífera nacional é uma das partes do problema da pobreza no País:

- pela forma como se estabeleceu no País depois da independência, com uma série de condições vantajosas para os investimentos das concessionárias e um modelo completamente virado para o exterior;
- pelos efeitos de atrofiamento que exerceu sobre a economia não-petrolífera, traduzidos na política do dinheiro fácil, que possibilitou taxas de câmbio sobrevalorizadas, importações em excesso, aumento desmesurado do setor público administrativo e do setor público empresarial, financiamento duma guerra eterna, desperdício na utilização de recursos e destruição do tecido produtivo interno. Curiosamente o “dinheiro fácil” não foi aplicado na reconstrução/construção de infra-estruturas, salvo algumas de balanço custo/benefício discutível.

O governo angolano fez uma análise das causas da pobreza, que são sinteticamente, segundo o MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO (2004, p. 7):

- a) o conflito armado, que provocou, durante quase três décadas, o deslocamento de populações, a destruição de sistemas tradicionais de atividade econômica e de solidariedade social, a destruição das infra-estruturas sociais e das vias de comunicação e distribuição de produtos e outros bens essenciais, dando origem a situações humanitárias dramáticas;
- b) a forte pressão demográfica resultante de uma elevada taxa de fertilidade, da elevada taxa de dependência nos agregados familiares (com mais de metade da população com idade inferior a 18 anos) e de movimentos migratórios massivos em direção às cidades;
- c) a destruição e degradação das infra-estruturas econômicas e sociais, consequência direta da guerra, mas também consequência imediata da deficiente manutenção e conservação e dos desajustamentos do sistema de programação e gestão do investimento público;
- d) o funcionamento débil dos serviços de educação, saúde e proteção social em consequência da insuficiência de meios técnicos e humanos, dificultando o acesso a estes sistemas dos grupos mais vulneráveis;
- e) a quebra muito acentuada da oferta interna de produtos fundamentais, em particular de bens essenciais;
- f) a debilidade do quadro institucional, explicado pela baixa qualificação média dos quadros e técnicos e pela reduzida produtividade;
- g) a desqualificação e desvalorização do capital humano, decorrente da destruição e desgaste dos sistemas de educação e formação, da precariedade do estado sanitário, dos baixos salários e da extensão do desemprego e sub-emprego; e
- h) a ineficácia das políticas macroeconômicas na correção dos fortes desequilíbrios macro-econômicos que se verificaram ao longo da década de 90.

A soma dessas causas não deixa dúvida sobre o depauperamento da população angolana. Um outro estudo sobre a pobreza, feito pelo Instituto Nacional

de Estatísticas (INE⁴) em 1995, identificou os seguintes resultados acerca da pobreza, segundo PEHRSSON (2000, p. 16):

- a) 61% dos agregados familiares inquiridos vivem abaixo da linha de pobreza⁵ e quase 12% vivem em pobreza extrema;
- b) para aumentar o nível de consumo dos pobres, seria necessário transferir 38% do rendimento nacional para eles;
- c) a comida representa, em média, 77% das despesas nos diferentes grupos de rendimento;
- d) o mercado de trabalho dos pobres consiste em trabalhos ruins com baixos salários, o que provoca uma contribuição marginal ao rendimento total dos agregados familiares;
- e) 45% da população ativa está desempregada, com uma percentagem mais alta entre as mulheres do que entre os homens;
- f) 34,5% dos agregados familiares dependem de trabalhos no setor informal;
- g) os agregados familiares que vivem em pobreza extrema também têm a taxa mais alta de analfabetismo. (Mais mulheres que homens são analfabetos).

É importante salientar que em 2000, a pobreza abrangia cerca de 68% da população, havendo 26% em situação de pobreza extrema, conforme o MDG/NEPAD (2003, p. 9), ou seja, a pobreza aumentou. Dos 174 países referidos pelo indicador de desenvolvimento humano da ONU, Angola situa-se na 165ª posição.

ROCHA (2001, p. 130) analisou a situação social do País e concluiu que o mesmo possui um baixo nível de desenvolvimento humano e pobreza em larga escala. Este índice (IDH) que em 1997 era de 0,32 subiu para 0,43 em 1999. O mesmo autor, apontou alguns índices que caracterizam a pobreza no País em 1997 relatados pelo PNUD (1997), que foram os seguintes:

- a) 58% de adultos analfabetos: abrangendo 75% das mulheres, contra 25% dos homens;
- b) 65% sem acesso à água potável: em 2001, somente 11% da população da capital Luanda possuía água canalizada nas suas habitações, sendo apenas 0,2% para outras cidades;
- c) 75% sem acesso a saneamento básico, por falta de obras de infraestrutura;

⁴ Instituto Nacional de Estatística.

⁵ A linha de pobreza monetária mais recentemente estabelecida pelo INE, é de 40 USD/mês (14 USD/mês – pobreza extrema).

- d) 65% sem acesso a serviços primários de saúde, por falta da inexistência de infra-estruturas de atendimento ou por falta de recursos financeiros. A taxa de mortalidade materna é de 1.500 por 100.000 de nascidos vivos;
- e) 54% da população não escolarizada com idades entre 5 aos 18 anos, abrangendo 36,4% são meninas, 34% meninos, 40,6% do meio rural e 25,3% do meio urbano. O nível de aproveitamento escolar é muito fraco em Angola. De cada 100 alunos matriculados na 1ª classe, somente 30 concluem a 4ª classe e 15 a 6ª classe;
- f) 70% com rendimento diário inferior a 1 US\$, por causa da guerra, que traduziu-se num fator de depauperação total da população.

O que mais chama a atenção em todos esses índices, é a falta de infraestrutura que não foi desenvolvida em Angola. Somente em Luanda (capital) e algumas capitais provinciais possuíam um padrão sanitário ocidental. Segundo PEHRSSON (2000) a água poluída é um dos principais perigos para a saúde em todo o país, pois as famílias não fervem a água que bebem, e por isso, propagam-se facilmente as doenças transmitidas pela água.

A evolução da pobreza em Angola, pode ser visualizada na tabela 10. Chama a atenção nessa tabela a projeção para 2015, na qual o governo angolano pretende reduzir pela metade o índice de pobreza. No período de 1990 a 2001 o índice de evolução da pobreza subiu 88%, por causa dos efeitos da guerra na vida econômica e social do País, que provocou o êxodo das populações rurais, que tinham na agricultura o seu principal modo de subsistência.

TABELA 10 – EVOLUÇÃO DA POBREZA EM ANGOLA – EM %

Indicadores	1990	1996	2001	2015
Proporção da população abaixo da linha nacional de pobreza	36	61	68	34

FONTE: MDG/NEPAD (2003, p. 28).

É importante salientar algumas características básicas ressaltadas pelo PNUD (1997, p. 15) quanto à pobreza em 1995, que são indicadas a seguir:

- a) o número médio de pessoas na família era de 7,5;
- b) a maioria das famílias pobres têm mais de 5 crianças;
- c) quase 12% dos chefes de família eram desempregados;

- d) mais de 40% dos chefes de família eram mulheres;
- e) cerca de 37% dos membros de família eram estudantes;
- f) casos de pobreza extrema foram encontrados principalmente na Huíla e no Luena (cidades sitiadas durante a guerra);
- g) a idade média dos chefes de famílias pobres, rondava entre 36 e 45 anos de idade;
- h) a maioria dos chefes de família tinham menos de 28 anos de idade.

As causas da pobreza são atribuídas à guerra, mas existem outras causas, como a elevada taxa de desemprego e o acesso limitado às facilidades de saúde pública.

Para erradicar a pobreza, o governo adotou algumas linhas de trabalho, segundo o MDG/NEPAD (2003, p. 29):

- a) economia de subsistência;
- b) renovação e desenvolvimento de cultivos e pecuária;
- c) formação e desenvolvimento de unidades produtiva não-agrícolas;
- d) formação e assistência técnica nos campos de produção, comercialização e gestão;
- e) co-financiamento para criar e/ou ampliar atividades econômicas, particularmente as que permitem constituir formação de capital a nível local;
- f) criação de rendimentos pela via da utilização de trabalho de alta intensidade de mão-de-obra.

Essas medidas poderão ser viabilizadas desde que haja um envolvimento de todos os setores da vida econômica e social do país, pois há um consenso do governo, que o desafio de erradicar a pobreza, passa pelo crescimento econômico, que deverão propiciar a criação de empregos e uma distribuição de rendas mais eqüitativa. Para isso, é necessário que o país recorra à poupança externa, pois “Angola precisa da ajuda internacional para o apoio aos seus programas”, segundo o MDG/NEPAD (2003, p. 30).

Uma das medidas prioritárias para ajuda ao desenvolvimento, “é assegurar um crescimento acelerado do setor agrícola no País”, segundo o MDG/NEPAD (2003, p. 33). No combate à fome, muitas organizações internacionais estão distribuindo insumos agrícolas à população, para que esta consiga produzir alimentos para o seu próprio consumo. A recuperação econômica deve passar também, pela reabilitação das infra-estruturas produtivas e sociais, que é uma das metas do governo. O Governo de Angola, desenvolveu em abril de 2002, uma

Estratégia de Combate à Pobreza, cujos objetivos foram, sinteticamente, segundo o MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO (2002, p. 15):

- a) reassentar as populações deslocadas para suas zonas de origem;
- b) garantir as condições mínimas de segurança do cidadão através da desminagem;
- c) minimizar o risco de fome;
- d) assegurar o acesso à educação;
- e) melhorar o estado de saúde da população;
- f) ampliar a infra-estrutura básica;
- g) promover o acesso a emprego e dinamizar o mercado de trabalho;
- h) criar um ambiente de estabilidade econômica;
- i) controlar a propagação do VIH/SIDA (vírus da AIDS);
- j) consolidar o Estado de direito;
- k) valorizar o capital humano nacional.

Essas estratégias são de responsabilidade do Governo de Angola, e procuram dar resposta aos problemas da pobreza no País e dependem das instituições dos setores públicos, privados, organizações não governamentais em níveis nacional, regional e internacional.

Por sua vez, o PNUD (1997, p. 38) apontou como causas da pobreza, “as famílias alargadas, o elevado índice de dependência e a falta de rendimentos. Essa situação é gerada por uma série de fatores, como as elevadas taxas de crescimento, as migrações rurais-urbanas e os efeitos da guerra”.

4 A INSERÇÃO DA MULHER NO CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO DE ANGOLA

4.1 AS RELAÇÕES DE GÊNERO EM ANGOLA

A palavra gênero “designa as relações sociais que se estabelecem entre homem e mulher na sociedade. Elas não são fixas, mudam conforme as circunstâncias políticas e econômicas”, segundo MEDINA e GODINHO (2002, p. 20). Por isso, as relações de gênero se estabelecem entre as mulheres e os homens, em termos de divisão de trabalho, responsabilidades, acesso e controle dos recursos, benefícios, direitos e poder.

MEDINA e GODINHO (2002) relatam os diferentes papéis de gênero, que podem ser agrupados da seguinte maneira:

- a) papel produtivo: está ligado as atividades remuneradas e socialmente reconhecidas;
- b) papel reprodutivo: relativo a procriação, cuidar das crianças e dos velhos, alimentar e tratar da saúde da família;
- c) gestão comunitária: abrangem as atividades de manutenção de consumo coletivo como água, saúde, funerais e outros;
- d) gestão política: são as atividades ligadas a tomada de decisão que se faz junto aos órgãos correlatos à nível nacional, provincial ou na base.

As relações de gênero em Angola podem ser caracterizadas pela desigualdade da mulher em relação ao homem. Nisso inclui uma série de outros fatores, como: as diferenças de educação, as oportunidades de formação, fraca promoção nos órgãos de decisão, costumes tradicionais e aspectos legais.

A estratégia nacional de gênero em Angola “aponta as mulheres como intimamente relacionadas com a natureza, na sua capacidade de gestoras dos recursos do agregado familiar e por isso, são diretamente afetadas pela degradação ambiental”, segundo PEHRSSON (2000, p. 17).

Em Angola prevalece o domínio dos homens no setor formal da economia, o que demonstra uma cultura patriarcal predominante. Por isso, “as mulheres estão colocadas nas posições média e baixa nos órgãos de decisão, enquanto os homens estão representados no topo” (PNUD, 1997, p. 39).

Existem outros fatores que têm contribuído para agravar as desigualdades do gênero destacadas por VALENTE (2004). Uma delas diz respeito às modernas tecnologias que estão sendo introduzidas na agricultura e que nem sempre são assimiladas pelas populações envolvidas, por falta de preparo. Um outro fator a

considerar se refere à posse e controle dos recursos produtivos, que por estar em sua maioria nas mãos dos homens, tem agravado a condição da mulher angolana, que não tem acesso a esses recursos. A quase inexistência de relações comerciais entre a cidade e o campo, por causa da precariedade das vias de comunicação tem prejudicado o progresso das mulheres porque elas não saem do seu ambiente doméstico, restringindo o seu progresso, o que não acontece com os homens, pois eles vão trabalhar nas cidades.

O relatório também aponta que 1,5% de mulheres são licenciadas contra 7% de homens. Por isso, fica fácil perceber a discriminação no mercado de trabalho formal traduzida numa taxa de desemprego⁶ para as mulheres de 79% contra 53% para os homens. (PNUD, 1997).

A dependência da mulher africana ocorre em relação ao próprio pai, marido, ou outro homem da família. Assim, as mulheres africanas necessitam de um intermediário masculino para ter uma existência social, ou seja, é essa dependência que determina os investimentos que as mulheres fazem para manter sua posição de classe.

No que se refere à divisão social do trabalho, cabe à mulher a responsabilidade de confeccionar os alimentos e recolher a lenha e também a responsabilidade de cuidar e educar os filhos. Em Angola, a maior parte das mulheres são analfabetas e apenas um reduzido número delas encontra-se empregada no setor formal.

Apesar de existir uma legislação não discriminatória por sexo, Angola não possui mecanismos práticos e de fácil controle que permitam detectar, controlar atos de discriminação entre os sexos. O PNUD (1997) apontou que em 1995, nas cinco províncias do País (Luanda, Cabinda, Benguela, Huíla e Moxico), a situação da mulher era preocupante, por causa da evolução muito lenta das estruturas sociais e culturais do meio em que ela vive e da inércia de certas mentalidades que são refratárias às mudanças.

⁶ Apenas mercado formal.

4.2 A SITUAÇÃO DA MULHER EM ANGOLA

4.2.1 Período Colonial até a Independência em 1975

O estado colonial angolano, dominado por Portugal, não permitia a prática da cidadania aos indivíduos angolanos e estes tinham que ser submissos à autoridade do Estado, porque qualquer liberdade que fosse oferecida aos colonizados, poderia levar os colonizadores à perda do controle político e econômico do país.

Com isso, o exercício da cidadania também fora negado às mulheres, cuja função básica era casar, ter filhos e manter a estabilidade da família. Em razão disso, as mulheres angolanas também eram discriminadas no trabalho. (MEDINA e GODINHO, 2002)

A imposição de um sistema familiar, político e cultural de origem portuguesa em Angola, fez com que o povo angolano perdesse a sua identidade, havendo o desrespeito à cidadania e aos direitos humanos (MEDINA e GODINHO, 2002).

No aspecto sócio-econômico e cultural, a mulher era tratada simplesmente como dona de casa, sem qualquer outra aspiração, pois as outras atividades de comércio, por exemplo, pertenciam aos colonizadores.

No campo político, não era permitido às mulheres qualquer atividade, pois, o sistema político era ditatorial e vedava o acesso e participação dos cidadãos, sejam eles, homens ou mulheres. MEDINA e GODINHO (2002).

No domínio da justiça, a mulher era tratada como ser inferior, seja a nível dos tribunais ou mesmo quanto à própria legislação. Por isso, era vedada à mulher o acesso à magistratura, tanto judicial quanto do Ministério Público. A respeito do assunto, MEDINA e GODINHO (2002, p. 11) citam:

- a maior discriminação e desigualdade de gênero se verificava na lei civil e penal;
- o direito penal, o direito de família, o direito comercial e a própria lei constitucional tratavam a mulher de forma desigual;
- o código penal tratava a mulher partindo da idéia de que a sua sexualidade é proibida e vergonhosa, quando por exemplo, reduz a sua pena em caso de infanticídio para salvar a honra;
- os artigos 372º e 461º do código penal, estabelecia que o homem casado podia matar sua mulher e seu amante em caso de adultério, mas a esposa só poderia

matar seu marido em caso de adultério, se ela encontrasse os dois na casa conjugal.

Quanto à vida sexual, o homem devia começar suas relações quanto mais cedo, mas quanto a mulher, isso era considerado um tabu. (MEDINA e GODINHO, 2002)

Assim, pode-se dizer que a situação da mulher no período colonial foi de submissão ao homem, ou seja, ela ficava em segundo plano, praticamente sem muita expressão. Vale dizer que a sociedade angolana colonial, tinha no homem a figura principal da família e por isso, a sociedade era patriarcal. Quanto ao plano sócio-econômico e cultural, a mulher também ficava em segundo plano. Essa situação era devida às características da sociedade africana, em que a condição da mulher era de submissão ao homem e que enquadra-se também, dentro das tradições angolanas.

As Tabelas 11 e 12 ilustram o fato de que a mulher em Angola encontra-se em segundo plano, tanto na estrutura do poder tradicional como na estrutura do poder político-administrativo-legal. A virtual ausência na primeira tabela, ilustra o grau de discriminação da mulher na sociedade angolana.

TABELA 11 – RELAÇÃO COMPARATIVA NO EXERCÍCIO DO PODER TRADICIONAL ENTRE MULHERES E HOMENS

DESIGNAÇÃO	MULHERES	HOMENS
Grande Soba	7	1890
Soba	98	9567
Seculo	62	14885
Ajudante Soba Grande	1	1205
Ajudante Soba	9	5874
Total Geral	177	33421

FONTE: Ministério da Administração do Território *apud* Ministério da Família e Promoção da Mulher, p. 42.

Na tabela acima, pode-se ver que em Angola como em outros países bantu encontram-se mulheres chefes tradicionais, em que não se pode deixar de reconhecer o seu papel na sociedade, na luta contra o colonialismo, na luta pela independência e integridade territorial. Neste contexto, pode-se destacar algumas nomes como as sobas Maholo e as Mulheres, rainha Nekoto, Hanyinka, Ginga, Nhakatolo e tantas outras. (MIN. DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER, 2000, p. 42).

TABELA 12 – ESTRUTURA DA MULHER NO PODER POLÍTICO ADMINISTRATIVO (2000)

	MASCULINO	%	FEMININO	%	TOTAL
NO GOVERNO					
Ministros	23	85,2	4	14,8	27
Vice-Ministros	39	86,7	6	14,3	45
Total	62	86,1	10	13,9	72
NO PODER JUDICIAL					
Presidente do Trib. Supremo	1	100	0	0	1
Juizes Conselheiros do Tribunal Supremo	11	91,7	1	8,3	12
Juizes de Direito	59	88	8	12	67
Juizes Municipais	19	83	4	17	23
Magistrados Públicos	163	87	24	13	187
Total	256	87,4	37	12,6	293

FONTE: MIN. DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER (2000, p. 71)

Conforme se observa na tabela acima, nos setores político e administrativo, não tem havido cuidado ou preocupação nas propostas de se aumentar a participação das mulheres candidatas a cargos de decisão, pois elas continuam com pouca participação .

4.2.2 Após a Independência em 1975

Logo após a independência de Angola em 1975, a Constituição resguardou igualdade para os sexos, o que não era observado no período colonial. O mito de que a mulher deve ficar em casa cumprindo a sua missão de educar as crianças e servir como instrumento de prazer foi acabando. As mulheres começaram a ser vistas em algumas profissões tidas como masculinas, de acordo com o fato delas ousarem entrar em profissões como piloto, por exemplo, quebrando barreiras, tabus e preconceitos.

Contudo, as mulheres ainda são bastante discriminadas: quando procuram emprego, mesmo possuindo os pré-requisitos (estudo e qualificação), elas são deixadas de lado, pois embora com as conquistas da mulher, ainda existem preconceitos arraigados na sociedade angolana. A maioria dos homens tem pouca ou nenhuma confiança nas mulheres, especialmente se casadas e com filhos, pois ainda existem as idéias tradicionalistas de que a mulher só foi feita para a vida

doméstica. A baixa avaliação da atividade feminina é devida também à invisibilidade da pluralidade de atividade das mulheres.

Numa comparação entre os dois sexos, segundo o PNUD (1997, p. 7) aponta que em 1992, 54% das mulheres de Luanda (capital de Angola) eram analfabetas contra 31,4% dos homens. Apenas 2,5% das mulheres continuaram seus estudos além da 10ª classe, comparado com 7% dos homens. No setor formal, as mulheres empregadas representam tão somente 17% do total contra 82% dos homens. Pode-se ver que mesmo na capital os níveis de educação ainda são considerados deficientes. No setor informal, elas representam 55% contra 44% dos homens. Nas zonas rurais, a situação da mulher alterou-se devido à guerra: a inclusão dos homens no exército ou a sua morte, fizeram com que as mulheres executassem as tarefas tradicionalmente atribuídas aos homens.

Apesar deste cenário desfavorável, por conta da Constituição de 1992, as mulheres conseguiram algumas vitórias sociais, como o direito à maternidade que fornece plano familiar, reconhecimento da união consensual equivalente ao casamento, igualdade para os filhos nascidos no casamento ou fora dele e um ministério governamental para promover o desenvolvimento das mulheres.

Por outro lado, a Constituição Angolana de 1992, consagrou direitos e deveres iguais para homens e mulheres (artigo 18), prevendo a punição para a discriminação e privilégios com base no sexo. O código da família (Lei n. 1/88) proporcionou um aumento da igualdade entre homens e mulheres. Essas leis também estabeleceram o casamento como ato voluntário, legalizando também a coabitação oriunda da relação monogâmica há mais de três anos (VALENTE, 2004).

No mundo empresarial, as mulheres continuaram a solidificar as suas posições de forma organizada e segura, tanto no setor formal como no informal, onde já podem ser observados a liderança de mulheres em empresas de grande, média e pequena dimensões. Porém, as mudanças nas motivações das mulheres em relação ao trabalho não têm sido analisadas de maneira satisfatória pelos economistas, assim como as conseqüências das mudanças econômicas necessárias aos indivíduos dentro da família.

4.2.3 A Educação das Mulheres em Angola

O acesso à educação para as mulheres está garantido constitucionalmente em Angola, o objetivo é evitar a segregação entre homens e mulheres, seja por conta de alguns preconceitos ou por tradições.

Contudo, “o nível de participação das mulheres na educação e formação é relativamente baixo em relação aos homens, o que pressupõe a degradação da sua situação ao invés de melhorias”. (MIN. DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER, 2000, p. 29).

Na educação universitária, MEDINA e GODINHO (2002, p. 30) ressaltam que “apenas 17% da população universitária é constituída por mulheres”. Isso leva a crer que as mulheres ainda são relegadas à um segundo plano, quando se fala também na universidade.

Por sua vez, há um abandono, desistência e reprovações por parte das mulheres no processo de alfabetização (ensino básico), fruto dos seguintes fatores, segundo SANTO (2004, p. 7):

- a) escola distante de casa;
- b) gravidez precoce;
- c) pobreza das famílias e conseqüente baixa ou nula renda familiar;
- d) práticas tradicionais que não consideram importante a educação;
- e) agregados familiares numerosos e carentes, onde a prioridade educativa é dada aos rapazes em detrimento das mulheres;
- f) separação ou morte dos pais ou encarregado de educação;
- g) mudança de residência;
- h) companhia e amizades pouco recomendáveis;
- i) trabalho doméstico ou pequenos negócios para ajudar a renda familiar;
- j) ambiente escolar pouco motivador;
- k) inexistência de escolas em certos lugares para a continuação dos estudos ou falta de vagas.

Como se observa, os problemas educacionais relativos às mulheres são muitos em Angola. Chama a atenção que na família angolana ainda subsiste o domínio reservado só aos rapazes, que sempre foram tidos como os possuidores de maiores aptidões em relação às mulheres.

A tabela 11 apresenta um perfil do nível educacional por sexo, coletado em 1997, que como pode-se observar, os valores dos índices femininos são inferiores ao masculino. Essas taxas desfavoráveis às mulheres, especialmente no ensino técnico profissionalizante com índice 0, enquanto os homens tem 0,2%, favorece os homens, porque as mulheres praticamente não tem um preparo profissional adequado, o que torna difícil conseguirem empregos. Por isso, as maiores taxas de desemprego, segundo o PNUD (1997) encontram-se entre as mulheres, que ocupam somente 21% na divisão do mercado de trabalho.

TABELA 13 – NÍVEL EDUCACIONAL POR SEXO – 1997

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	MASCULINO (%)	FEMININO (%)
Iniciação	2,5	3,1
1º Nível	48,5	43
2º Nível	13,2	8,5
3º Nível	7,6	3,5
Ens. Médio	2,5	1
Ens. Superior	0,4	0,1
Ens. de Adultos	0,4	0,2
Ens. Téc. Profissional	0,2	0
Nenhum	24,6	40,4
TOTAL	100	100

FONTES: PNUD (1997, p. 82) *apud* MICS

Quanto ao nível de analfabetismo em Angola no ano de 1997, DUCADOS (2004, p. 4), revela que ele “atingiu 65% dos cidadãos, e deste total, 40,4% são mulheres e 25% são homens”. Com este cenário, fica difícil para as mulheres terem oportunidades de trabalho, e quando encontram, tem baixos salários.

4.2.4 A Mulher e a Saúde

O acesso aos serviços de saúde segundo a Lei vigente desde 16 de setembro de 1992, define uma Política Nacional de Saúde sob princípios de igualdade e equidade no acesso dos serviços de saúde. No que se refere às mulheres foram estabelecidos alguns programas segundo o MIN. DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER (2000), que são:

- a) Programa de acompanhamento a grávida, desenvolvido nas áreas urbanas e capitais. Em 1997, registrou-se um ligeiro aumento no controle as grávidas em 4 províncias do País, embora a nível nacional a consulta pré-natal registrou índices muito baixos (em torno de 1,25%);
- b) Programa de capacitação de parteiras tradicionais, visando assegurar às mulheres das áreas rurais, melhores condições de atenção do parto. Em 1997 foram treinadas 1862 parteiras tradicionais nas províncias do País;
- c) Programa de nutrição: foram realizadas campanhas nacionais de aleitamento materno, com resultados bastante positivos: 100% das mães amamentaram os seus filhos após o parto e mais de 70% amamentaram até os 12 meses de idade dos filhos.

Esses programas, contudo, tem encontrado dificuldades especialmente o que abrange a cobertura de atenção à mãe e à criança, pois no país há problemas

de toda ordem, que tem obstaculizado seu avanço. Segundo o MIN. DA FAMÍLIA (2000), essas dificuldades, em síntese, são:

- a) destruição da infra-estrutura de saúde;
- b) falta de comunicação entre a capital do país e as províncias;
- c) falta de recursos financeiros;
- d) a interrupção dos serviços prestados pelas ONGs nas províncias;
- e) migração intensa da população.

Todos esses problemas influenciam o precário serviço de saúde oferecido às mulheres, que muitas vezes, não tem dinheiro nem para pagar os remédios. Assim, pode-se dizer que na área da saúde, a mulher sofre pelas deficiências econômicas pelas quais passa o país.

PEHRSSON (2000, p. 34) fala que “as mulheres, assim como os homens, têm acesso limitado a informações de saúde, uma vez que as estruturas de saúde entraram em colapso”. Isso prejudica sobremaneira o atendimento e o tratamento às mulheres e por causa também, da pouca formação do pessoal da saúde, que não sabe em muitas vezes explicar as causas e sintomas das doenças.

4.3 A INSERÇÃO DA MULHER NA FAMÍLIA, NA CULTURA E SOCIEDADE

O Ministério da Família e Promoção da Mulher estabeleceu como prioridade a promoção da mulher até o ano 2000, com ações voltadas a eliminação de práticas culturais costumeiras, como a eliminação de todas as formas de discriminação contra elas e reconhecendo o valor da mulher na sociedade.

Para executar essa ação, conta-se com o apoio da “sociedade civil, instituições, ONGs, associações e pessoas interessadas nas questões de família, bem como os Conselhos Provinciais de Família, implantado em todas as províncias do país”. (MIN. DA FAMÍLIA, 2000, p. 35). Dentre as ações mais importantes e que certamente vem em apoio à promoção da mulher foram:

- a) o papel da mulher: esclarecimento sobre a atitude da mulher em relação aos objetivos de maior participação no contexto familiar; o respeito ao marido, mas não com atitude de submissão; a responsabilidade quanto aos filhos; o apoio da mulher no contexto socio-econômico, para auxiliar o marido no sustento da família;

- b) doenças sexualmente transmissíveis: noções sobre os efeitos da AIDS e atitudes de prevenção, como o uso da camisinha nas relações sexuais e outros preventivos de combate;
- c) os objetivos morais e objetivos primordiais para a constituição da família. Sem dúvida, este procedimento pode auxiliar a mulher a entender o seu papel moral junto à família, que é o de respeito, honestidade e dignidade;
- d) seminário contra a violência contra a mulher: o reconhecimento da sociedade quanto a este problema que há longos anos perturbava a mulher angolana. Agora ela pode fazer valer esses direitos, pois tem o respaldo legal;
- e) debates sobre as mulheres e o desenvolvimento, mostrando a participação da mulher no desenvolvimento do país;
- f) ações com a participação das mulheres no saneamento básico, limpeza e embelezamento nos bairros e comunidades e plantação. Assim, a mulher passou a ter uma contribuição mais ativa no ambiente em que vive.

Quanto ao matrimônio, custódia das crianças, direitos de propriedade, adultério e o estabelecimento da paternidade são todos assuntos importantes que foram tratados de acordo com a “lei consuetudinária”⁷ e tanto a Constituição como o Código de Família são desligados das regras e medidas tradicionalmente aceitas para resolver assuntos familiares, o que significa que o estatuto das mulheres na sociedade e na família não pode ser analisado apenas à luz da Constituição ou do Código de Família”. (PEHRSSON, 2000, p. 22)

A poligamia em Angola é aceita e praticada em todo o país. A Organização da Mulher Angolana – OMA, têm dado pouco interesse ao papel das mulheres nos sistemas familiares tradicionais e viu a modernização como via para o desenvolvimento, negligenciando uma parte importante da realidade feminina angolana. (PEHRSSON, 2000, p. 14)

Outras medidas também foram tomadas para a promoção da mulher, como: seminários sobre família, planejamento familiar, realizações de feiras comerciais, agrícolas, artesanais e outras.

⁷ Fundada nos costumes.

Assim, surgiu uma nova consciência acerca da mulher em Angola, cujo objetivo primordial é afastar todas as barreiras que impeçam o seu crescimento, no sentido de reduzir a disparidade em relação aos homens. Desta maneira, permitiu-se criar novas oportunidades às mulheres, seja no acesso aos cuidados da saúde, no emprego e na participação da vida política, econômica e sócio-cultural do país. O impacto dessas medidas será estudado a seguir.

4.4 A MULHER NO CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO DE ANGOLA

Em Angola, há falta de empregos e de rendimentos, em especial para as mulheres. As mulheres sofrem da falta de formação e educação formal para competir com os homens no mercado de trabalho. Outrossim, em razão da ausência do homem na família (por causa das guerras), ou porque os homens não conseguem sustentar a família, obrigou as mulheres a serem a “cabeça da família”, não lhe permitindo que estudem e forçando-as a procurarem outras atividades para promover o sustento da família.

A população feminina economicamente ativa no país, compreendida na faixa etária dos 15 aos 60 anos, em 1995, “representava 63% do total da população feminina angolana e cerca de 55% do total de Angola” (MIN. DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER, 1998, p. 62).

O emprego feminino no meio urbano se concentra na venda de alimentos (frutas e produtos alimentares). As mulheres se dedicam a vender esses produtos nas praças e arredores das cidades.

Segundo o MIN. DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER (1998), com referência às mulheres na função pública, registrou-se em 1995, um índice de 51% do total.

Um dos grandes problemas que afetam as mulheres angolanas que procuram emprego, é a falta de instrução e preparo profissional. Esse fator traz como consequência, os baixos salários e o desemprego. Só na “Província de Luanda, a taxa de desemprego atingiu 35,6% em 1996”, segundo o MIN. DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER (1998, p. 64). A tabela 12 indica a taxa de desemprego por sexo e idade em Angola. Com exceção do grupo de 10 a 19, em

todos os outros grupos as mulheres apresentaram valores superiores aos dos homens, pois são majoritariamente voltadas ao trabalho caseiro.

TABELA 14 – TAXA DE DESEMPREGO POR SEXO E IDADE – EM % (1998)

SEXO	10 A 19	20 A 29	30 A 39	50 E +
Masculino	72,4	26,6	8,4	14,4
Feminino	70,9	30,3	20,3	29,4
Média(M/F)	71,6	28,7	14,2	20,8

FONTE: MIN.DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER (1998, p. 65)

No setor público (tab . 15), as mulheres tem pouca representação, como pode ser visto na tabela a seguir. No governo e no poder judicial a mulher tem entre 12% e 13% de presença, mas quanto ao número de funcionários por ministérios, pode-se ver que a mulher tem maior representação. Assim, em cargos onde se exige menor grau de instrução como nos ministérios, a mulher tem mais cargos, o que atesta a falta de uma educação formal e mais adequada que lhe permita ocupar outros cargos.

TABELA 15 – A MULHER NO SERVIÇO PÚBLICO (2000)

	MASCULINO	%	FEMININO	%	TOTAL
NO GOVERNO					
Ministros	23	85,2	4	14,8	27
Vice-Ministros	39	86,7	6	14,3	45
Total	62	86,1	10	13,9	72
NO PODER JUDICIAL					
Presidente do Trib.Supremo	1	100	0	0	1
Juizes Conselheiros do					
Tribunal Supremo	11	91,7	1	8,3	12
Juizes de Direito	59	88	8	12	67
Juizes Municipais	19	83	4	17	23
Magistrados Públicos	163	87	24	13	187
Total	256	87,4	37	12,6	293
NOS MINISTÉRIOS					
Agricultura e Des.Rural	199	74	69	26	268
Geologia Minas	69	52	63	48	132
Administ.Pub.Seg.Social	373	58	265	42	638
Justiça	362	47	397	53	759
Finanças	437	54	371	46	808
Comunicação Social	63	55	52	45	115
Defesa Nacional	4686	56	3727	44	8413

Energia e Águas	148	64	84	36	232
Juventude e Desportos	123	52	113	48	236
Petróleo	151	59	102	41	253
Hotelaria e Turismo	158	63	92	37	250
Saúde	46	52	42	48	88
Administr. Território	136	67	65	33	201
Planejamento	79	56	62	44	141
Família e Prom.da Mulher	31	34	61	66	92
Total	7061	56	5565	44	12626

FONTE: MIN.DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER (2000, p. 71)

No setor agrícola e na pesca é que as mulheres possuem maior presença, pois elas produzem por volta de 70 a 80% dos alimentos básicos. (MIN. DA FAMÍLIA E PROM. DA MULHER, 2000).

Essa presença marcante se deve, em parte, às habilidades da mulher angolana na comercialização e transformação dos produtos agrícolas. Nos Ministérios a mulher tem maior participação, porque não se exige formação educacional superior e em muitas vezes, elas trabalham na limpeza ou como secretárias.

O setor de pesca envolve cerca de 4.272 mulheres, chamadas de “peixeras”, que trabalham informalmente, segundo o Ministério das Pescas e Ambiente (1998) *apud* MIN. DA FAMÍLIA E PROM. DA MULHER(2000). Neste setor, a mulher tem um papel importante, pois participa com seu trabalho, e por não exigir formação educacional mais especializada, ela tem sua presença garantida. Como se observa as mulheres tem maior presença no setor de pesca, por esse exigir pouca formação.

Diante do que foi apresentado neste capítulo, percebe-se que no período colonial angolano, as mulheres eram tratadas como inferiores aos homens, por causa da discriminação e da desigualdade de gênero, nos setores sócio-econômico, cultural, político e no domínio da justiça. No entanto, a partir da independência do País em 1975, a Constituição resguardou igualdade para os sexos, e as mulheres passaram a desenvolver algumas profissões tidas como masculinas. Embora seja garantido pela Constituição o acesso à educação, as mulheres ainda são relegadas a um segundo plano, especialmente na educação universitária. Na saúde, a Lei de 1992 estabeleceu o princípio da igualdade e eqüidade, com alguns programas voltados à mulher, como o programa de nutrição, capacitação de parteiras

tradicionais e outros. Até 2000, o Ministério da Saúde e Promoção da Mulher, estabeleceu como prioridade básica à promoção da mulher, divulgada através de seminários sobre a família, planejamento familiar, feiras comerciais, agrícolas, artesanais e outras. No contexto sócio-econômico, as mulheres não têm muita representação por causa do baixo nível educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta o objetivo desta monografia, que foi o de analisar o papel da mulher no ambiente socio-econômico de Angola, pode-se dizer que os fatores caracterizadores da situação da mulher angolana são bastante inadequados no que diz respeito à educação, o que não lhes permite ter melhor qualificação profissional e com isso, melhores empregos. Como a economia angolana está em ascensão, a falta de profissionais capazes representa um grave problema para o país, especialmente quanto às mulheres que encontram dificuldades na hora de procurar emprego e quando encontram, são para funções que exige pouca formação.

A situação das mulheres na saúde também é difícil, pois elas têm acesso limitado aos cuidados da saúde e a informação, e assim elas procuram as práticas tradicionais, o que não é satisfatório, pois são práticas sem o respaldo científico.

Levando-se em conta estes aspectos, devem ser adotadas algumas estratégias ligadas ao progresso e à promoção da mulher, nos âmbitos educacionais, em prol da igualdade e permitindo o envolvimento participativo integrado de todas as mulheres, particularmente, na identificação das suas prioridades.

Embora o governo angolano tenha definido alguns objetivos estratégicos em relação à mulher, que abrangem os direitos humanos, a educação, a formação e a economia, a mulher angolana ainda não conseguiu se emancipar nem social nem economicamente.

Essas políticas contudo, ainda são insuficientes, pois as mulheres continuam sendo discriminadas em Angola, pois os programas voltados à mulher ainda não atingiram em sua totalidade a promoção da mulher.

É preciso acabar com a discriminação do gênero nos locais de trabalho ou em qualquer outra atividade laborai que a mulher participe. Neste sentido, o princípio de igual salário para mulheres e homens, acesso ao mesmo tipo de formação profissional e possibilidades de carreira precisam ser incentivados naquele país.

A mudança desse cenário só será possível se houver uma participação mais efetiva do Governo Angolano, da sociedade como um todo, unindo esforços em prol da promoção das mulheres.

Para isso devem ser criados mecanismos e instituições nacionais para equacionar o progresso e o desenvolvimento das mulheres, através da participação na formulação de políticas oficiais e de fomento afins.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALADO, José Carlos. **A emergência do empresariado em Angola: motivações e expectativas.** Luanda, Angola: Luanda-Editora, 1998.

DILOLWA, Carlos Rocha. **Contribuição à história econômica de Angola.** Luanda, Angola: Editorial Nzila, 2000.

DUCADOS, H. **Gênero, raça e classe: a feminização da pobreza: a estratificação do setor informal urbano de Luanda.** Disponível em www.desafioufba.br/gt3 Acesso em 25/set/2004.

MDG/NEPAD. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** Governo de Angola: Ministério do Planeamento, 2003.

MEDINA, Maria Mpava e GODINHO, Ana Paula. **Estudo sobre a participação das mulheres angolanas na vida política e pública.** Luanda: junho, 2002.

MENEZES, Solival. **Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente.** São Paulo: EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MICS – **Inquérito de Indicadores Múltiplos.** Luanda, Angola: Unicef, 2003.

MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER. **Avaliação das plataformas de Dakar e Beijing.** República de Angola: 2000.

MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER. **Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.** República de Angola: março/1998.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. República de Angola. **Estratégia de combate à pobreza.** Disponível em www.angola.org. Acesso em 23/abr/2004.

PEHRSSON, Kajsa. **Para uma igualdade entre mulheres e homens em Angola.** Angola: PNUD, abril de 2000.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório da República de Angola. 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a mulher.** Luanda: 1997.

ROCHA, Manuel José Alves da. **Os limites do crescimento econômico em Angola.** Executive Center e Luanda Antena Comercial: Poliprinter, 2001.

SANTO, Francisca Espírito. **Gênero no contexto do sistema educativo em Angola. II Fórum Lusófono de Mulheres em Postos de Decisão.** Disponível em www.angola-fes-internacional.de Acesso em 23/abr/2004.

UCAN – Universidade Católica de Angola. **Relatório econômico de Angola.** Angola: Centro de Estudos e Investigação Científica, 2002.

VALENTE, Maria Idalina de Oliveira. **A situação da mulher em Angola.** Disponível em www.angola-fes-internacional.de/public/valente.pdf Acesso em 23/abr/2004.